

PROJECTO EUROPA



INFORMAÇÃO

N.º 5 • MARÇO 1991



GRUPO LIBERAL, DEMOCRÁTICO E REFORMISTA

EDITORIAL

Renovar a ofensiva diplomática para libertar Timor

A cena política internacional foi marcada no mês passado pela libertação do Kuwait e a aceitação pelo Iraque de todas as resoluções pertinentes das Nações Unidas. Na circunstância, o Grupo Europeu do PSD no Parlamento Europeu reiterou em Plenário a solidariedade e apreço pela coligação liderada pelos EUA e muito especialmente por todos os homens e mulheres que através daquela participaram nas operações militares com inquestionável sucesso.

Mas também deixámos clara a condenação veemente da repressão violenta que Saddam Hussein faz abater sobre as populações do Iraque que legitimamente exprimem o seu natural descontentamento e protesto face ao poder político ditatorial que as oprime há longos anos e se lançou numa aventura militar injustificada e de consequências terríveis, de que é a única e exclusiva responsável.

Mas o momento foi chegado para aprofundar a reflexão e tomar decisões sobre as medidas necessárias a uma solução justa e durável dos conflitos do Médio Oriente, numa abordagem que não se circunscreva ao teatro das operações entretanto cessadas.

É essencial que a Comunidade possa desta vez falar a uma só voz e nesse sentido esperamos o sucesso da reunião extraor-

dinária do Conselho Europeu para análise dos problemas e conflitos do Médio Oriente.

Do nosso ponto de vista, a solução destes e nomeadamente dos conflitos entre Israel, os estados árabes vizinhos e os Palestínianos, passam por um complexo processo negocial entre as partes e pelo acatamento das resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Sem oportunismo e antes com inteira legitimidade, Portugal deve dinamizar neste momento e em várias frentes, uma renovada ofensiva diplomática para sensibilizar a comunidade internacional e a opinião pública mundial para os problemas de Timor e da sua martirizada população. O cumprimento das resoluções do Conselho de Segurança não pode ser exigível nuns casos e esquecidos noutros.

No Parlamento Europeu, os Deputados do PSD estarão, naturalmente, na primeira linha deste combate político, ao lado do Governo e de todos os que conosco partilham a mesma preocupação de libertar Timor.

António d'Orey Capucho

DISCURSO DIRECTO *(Excertos)*

António CAPUCHO sobre a situação na África Austral

Os Povos da África Austral querem e merecem uma paz duradoura, sem a qual continuaria o sofrimento humano e ficaria comprometida a perspectiva de desenvolvimento económico e social daquele sub-continente.

Essa paz é indissociável dos processos políticos em curso na região, muito especialmente da consolidação da independência da Namíbia, da cessação da luta armada e da democratização em Angola e em Moçambique, bem como do desmantelamento do apartheid na África do Sul.

Quanto a Angola e a Moçambique — cujos povos conhecem os horrores da guerra civil praticamente desde a independência alcançada há 15 anos — são prometedores os esforços de Paz mediados, no primeiro caso, pelo Governo de Portugal e, no segundo caso, pela Igreja Católica e o Governo Italiano.

Cumpramos apoiar esses esforços apelando às partes para que flexibilizem as respectivas posições e acordem urgentemente um cessar-fogo.

Mas o apelo essencial que aqui devemos exprimir dirige-se fundamentalmente à solidariedade de toda a Comunidade Internacional para que reforce o combate à fome que assola as populações daqueles Estados.

Saudamos também a recente entrada em vigor de uma Constituição democrática na República de Moçambique, que consigna o multipartidarismo e reforça os direitos e liberdades individuais. Do mesmo modo, esperamos que a proposta de novo texto constitucional já votado em Angola e que aponta no mesmo sentido, possa ser brevemente aprovado pelo parlamento desta República.

Quanto à África do Sul, não teremos dificuldade em reconhecer a extraordinária evolução já conseguida nos últimos doze meses, com o protagonismo corajoso do Presidente De Klerk e de Nelson Mandela.

Não ignoramos, é certo, os riscos inerentes aos conflitos gravíssimos que já provocaram milhares de mortes, mas esperamos que o diálogo em curso entre as principais forças envolvidas e o reforço da prevenção por parte das forças de segurança possam proporcionar a pacificação entre as facções e retirar falsos pretextos aos que desesperadamente nada querem mudar na África do Sul.

Rui AMARAL sobre a política comunitária de transportes

Creio poder afirmar-se que foi possível até ao presente conseguir um conjunto de resultados palpáveis e completamente imprevisíveis há dois ou três anos atrás, no domínio da desregulamentação e liberalização de alguns modos de transporte.

Reafirmando que não desejamos a desregulamentação pela desregulamentação, a liberalização pela liberalização, mas pretendendo sim um sistema integrado de transportes, competitivo dentro de cada modo de transporte, também entre diferentes modos, e no contexto de um só mercado interno de transportes — o único conceito aliás compatível com a própria ideia de mercado interno — importava e importa desmantelar um complexo e absurdo sistema ultraprotectivo e de reserva de mercados em cada sector e em cada um dos Estados-membros.

A própria noção de serviço público não é incompatível com o livre acesso ao mercado. Livre acesso esse que deve ser, porém, fortemente condicionado por parâmetros claros e precisos: capacidade técnica, financeira e um apertado sistema uni-

forme de controlo. Mas a liberalização é só uma das três componentes essenciais do processo de criação do mercado interno.

A harmonização da fiscalidade indirecta sobre combustíveis, vectores e tarifas, bem como a afectação equitativa dos custos de realização e manutenção das infra-estruturas de acordo com o princípio da territorialidade, são condições sem as quais o mercado interno não é realizável.

Duas referências finais para as infra-estruturas de transporte e para a segurança. Não haverá mercado interno nem coesão económica e social sem uma compensação adequada aos operadores que são discriminados pela periferidade ou insularidade e ainda pela inexistência de adequadas infra-estruturas. Não haverá mercado interno de transportes, nem mercado interno *tout court*. Um fundo europeu para o financiamento da rede dos transportes de interesse europeu é um passo inevitável e inadiável.

Carlos PIMENTA sobre o trânsito de resíduos tóxicos

Queria aqui explicitar três princípios claros: em primeiro lugar, a Comunidade Europeia foi mais longe que de Basileia ao incluir na Convenção de Lomé o princípio da proibição de exportação de resíduos tóxicos perigosos para os países ACP; no entanto deixa de fora a América Latina, o México e algumas zonas da Ásia e o comportamento dos Estados Unidos e do Japão, que, tendo responsabilidades iguais ou semelhantes às da Comunidade Europeia, estão a proceder em relação a esses países de uma forma inadmissível, exportando para o México, para os países das Caraíbas e para a bacia do Pacífico resíduos tóxicos perigosos.

Em segundo lugar e relativamente à Europa de Leste, relatórios recentes demonstraram igualmente que tem havido movimentos de exportação de resíduos tóxicos.

O problema dos resíduos tóxicos nunca será resolvido enquanto não forem incorporados os custos de reprocessamento dos resíduos no processo de fabrico, diminuindo, assim, o incentivo à exportação e ao movimento de resíduos. A única forma de terminar com o "turismo" de resíduos na Comunidade será fazer com que os fabricantes e produtores de resíduos tenham a obrigação legal e económica de os eliminarem ou no próprio local de fabrico ou o mais próximo possível, invocando assim o princípio da proximidade que este Parlamento já adoptou.

Manuel PORTO sobre o apoio à indústria do calçado

Dando emprego a mais de meio milhão de trabalhadores, o sector do calçado é um sector de grande importância na Comunidade a qual, por seu turno, ocupa um lugar de grande relevo no contexto mundial com cerca de 25% da produção total, através da produção de mais de mil milhões de pares; 41,4% produzidos em Itália, 15,6% em Espanha, 13,2% em França, 11,6% no Reino Unido, 7,7% em Portugal e 6,9% na Alemanha Federal, ainda antes da unificação.

Justifica-se que a Comunidade passe a participar de um modo mais significativo em acções de apoio ao sector, com iniciativas em especial nos campos da investigação e da inovação tecnológica, do aumento da eficácia na produção, da formação profissional e da competitividade internacional.

Constituindo um sector com condições para concorrer num sistema de comércio livre, a sua defesa e a sua promoção satisfarão não só os interesses dos que nele trabalham e investem, como também os interesses dos consumidores da Comunidade, que, na nossa perspectiva, não podem deixar de estar sempre na primeira linha da nossa preocupação.

Mesmo no que respeita às relações externas, somos movidos prioritariamente, não por qualquer propósito de protecção-nismo nosso, ainda que transitório, mas sim pelo propósito de que os países terceiros sigam também as regras do comércio livre, tendo presente que o seu protecção-nismo é muito maior

do que o proteccionismo da Comunidade, devendo nós por isso, à luz de todos os interesses — nossos e deles — fazer o que estiver ao nosso alcance no sentido de os levar a seguirem tais regras.

E é ainda numa linha correcta de promoção do comércio internacional que devemos saudar a aprovação por este Parlamento de uma alteração proposta pela Comissão REX, que introduziu no orçamento das Comunidades uma linha orçamental de 600 000 ecus para a promoção de exportações para países terceiros de produtos dos sectores do calçado, têxtil e das confecções.

Marques MENDES sobre o programa comunitário LEADER

A Coesão Económica e Social é um objectivo comunitário que tem de ser prosseguido de uma forma continuada, dele dependendo grandemente o êxito do mercado interno. Mas esse objectivo não tem, nem pode ter, um horizonte temporal limitado, já que a sua prossecução tem de verificar-se mesmo para além de 31 de Dezembro de 1992. A Coesão Económica e Social tem a ver, necessariamente, com todas as regiões comunitárias, mas tem também a ver com todos os sectores em que se desenvolvem as diferentes actividades da população da Comunidade, sejam aquelas quais forem e situe-se esta onde se situar.

Ora, o mundo rural e as populações que o integram constituem uma importantíssima parte da nossa Comunidade com problemas muito específicos, e daí que se imponha um grande esforço virado ao seu desenvolvimento económico e social, pois só assim se obterá um desenvolvimento equilibrado e harmonioso na Comunidade, o que é imprescindível para o sucesso da construção europeia e para a obtenção da referida coesão.

Esta primeira iniciativa comunitária virada para o mundo rural merece o nosso aplauso e o nosso apoio e espera-se que ela venha a revelar-se eficaz na consecução dos objectivos que se propõe alcançar. As populações rurais carecem de provas claras de que a construção da Europa e do grande mercado lhe diz também directamente respeito e que elas são igualmente parte inteira e activa nessa construção. O programa LEADER será uma dessas provas.

Margarida SALEMA Sobre o estatuto da sociedade europeia

Quanto ao Estatuto da Sociedade Europeia, partilhámos da opinião dos que acreditam na necessidade da existência deste Estatuto, e esperamos que a sua utilidade e importância correspondam às expectativas. Pensamos, por outro lado, que a simplificação deste estatuto é necessária no sentido de a ele também puderem vir a aderir as PME.

Acolhemos favoravelmente a concepção originária de independência e autonomia do Estatuto em relação às legislações nacionais e o seu carácter opcional para as empresas.

Quanto à discussão sobre a participação dos trabalhadores, e tendo em conta os vários modelos de participação propostos, registamos que um deles corresponde à tradição portuguesa das comissões de trabalhadores, cujos direitos aliás são contemplados a nível da Constituição da República Portuguesa.

Apoiamos na generalidade a resolução sobre a sociedade cooperativa europeia que vem na sequência das posições defendidas pelas organizações representativas do movimento cooperativo.

Contudo, e porque no relatório não ficou claro sobre se deve haver um só regulamento para o conjunto da economia social ou três regulamentos autónomos, um para as cooperativas, outro para as mutualidades e outro para as associações, apoiaremos a proposta que vai no sentido da distinção entre as três componentes da economia social cujo estágio de desenvolvimento

económico e de interligação europeia, sendo substancialmente diferentes, justificam que a sociedade cooperativa europeia seja objecto de um estatuto autónomo.

Mendes BOTA sobre as negociações entre a CEE e a EFTA

No actual estágio de negociações entre a CEE e a EFTA, congratulamo-nos com o consenso obtido entre os Doze, tendo em vista a inclusão da possível criação de um fundo estrutural autónomo no pacote das contrapartidas negociais.

Esse fundo a financiar pelos países da EFTA, destinar-se-á a contribuir para a redução das disparidades regionais, sociais e económicas entro do futuro Espaço Económico Europeu.

Sabemos que não se esgotam neste instrumento financeiro as possibilidades de intervenção correctiva das disparidades regionais.

As concessões comerciais nos domínios da agricultura e das pescas jogam um papel importante também. Mas esse fundo estrutural autónomo seria absolutamente inócuo, se não se tivessem em conta duas questões.

A primeira tem a ver com a necessidade de dispôr de um envelope financeiro significativo, com um impacto efectivo sobre o nível de vida das populações das regiões menos desenvolvidas.

A segunda questão, tem a ver com a observância do princípio da complementaridade relativa à própria política estrutural da Comunidade.

Insistimos em que o novo fundo estrutural autónomo se deve destinar prioritariamente àqueles sectores pouco contemplados com investimentos comunitários, tais como a Habitação, a Saúde e o Ensino.

Virgílio PEREIRA sobre o programa «POSEIMA»

O deputado madeirense Virgílio Pereira defendeu «ser imprescindível que a Comunidade e Portugal desenvolvam todas as acções que tornem possível que as várias companhias aéreas comunitárias, nomeadamente locais, operem na Madeira».

O eurodeputado que intervinha numa reunião da Comissão de Política Regional e do Ordenamento Territorial do PE, defendeu ser «necessário que a Comunidade Europeia preveja a criação de um mecanismo de ajuda aos habitantes das regiões insulares da Madeira e dos Açores para desonerá-los dos custos das passagens aéreas entre essas regiões e o Continente português».

Participando na discussão do Programa de Opções Específico para o Afastamento e Insularidade da Madeira e dos Açores (POSEIMA), Virgílio Pereira elogiou o documento, o seu autor e a Comissão Executiva da CEE.

«Este programa — sublinhou — revela conhecimento e sensibilidade especiais sobre a problemática destas Regiões insulares da Europa Comunitária».

Vasco GARCIA sobre a BSE ou doença das «vacas loucas»

O país onde esta doença alastra, o Reino Unido, tem feito um esforço notável para a controlar. Abate e destruição obrigatória dos animais afectados, declaração obrigatória da doença, um rigoroso controlo veterinário das manadas e um esforço acrescido na investigação científica são factos que tive ocasião de verificar pessoalmente nas recentes visitas que efectuei à Inglaterra e à Escócia.

A Comunidade Europeia impôs e o Reino Unido tem estado a cumprir um conjunto de regras de controlo de exportação de carne que deram alguma controvérsia num passado recente, mas que estão agora a ser pacificamente cumpridas.

A BSE é um problema da Comunidade e não somente do Reino Unido, e como tal deve ser encarada. A indústria europeia possui unidades industriais de fabrico de rações proteicas seguras e com qualidade, e outras que o não são, e tudo indica que é a indústria de transformação de resíduos animais a responsável principal pelo surto no Reino Unido, sendo possível o aparecimento de surtos semelhantes embora de menor dimensão, noutros países europeus que importaram rações contaminadas em 1988 e 1989 e que existem medicamentos feitos com extractos de cérebros de bovinos para os quais se exige um controlo rigoroso.

NOTÍCIAS BREVES

Reunião das Secções do PSD na Europa

A Europa de 92 e a preparação das próximas eleições legislativas foram os temas centrais de um seminário que teve lugar nas instalações do Parlamento Europeu em Bruxelas e que reuniu cerca de meia centena de representantes das secções do PSD nas comunidades portuguesas na Europa.

O encontro teve a presença do vice-presidente do Parlamento Europeu, António Capucho, do Secretário-Geral do Partido, Falcão e Cunha e do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Correia de Jesus.

Segundo o Secretário-Geral do PSD, os emigrantes portugueses denotam falta de informação em algumas áreas, como a livre circulação de pessoas e bens. Por isso, salientou Falcão e Cunha, «é importante conhecer as dificuldades dos emigrantes para que esses problemas possam ser resolvidos».

Seminário sobre a Europa dos Cidadãos em Coimbra

Promovido pelo Grupo Liberal, Democrático e Reformista e pela Comissão Política Distrital de Coimbra do PSD realizou-se no passado dia 8 de Março, nesta cidade, um seminário sobre «A Europa dos Cidadãos» em que participaram os eurodeputados Simone Veil, Margarida Salema e Manuel Porto.

Participaram também neste seminário o Ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, que falou sobre «os cidadãos e a justiça» e o Ministro da Presidência, Fernando Nogueira, que encerrou os trabalhos.

Para Simone Veil, que falou sobre a participação social e política dos cidadãos na Comunidade, «existem situações merecedoras de aplauso e que permitem olhar o futuro com optimismo, como acontece com o programa contra a droga, a SIDA e o cancro e com os projectos comunitários de investigação científica».

Nascimento Rodrigues fala sobre a dimensão social da Europa

«É inegável que se deve ao Acto Único um impulso institucional importante na perspectiva da Europa Social. Com efeito, ele acrescenta ao tratado de Roma disposições relativas à melhoria do meio de trabalho, ao diálogo social e à coesão económica e social» afirmou o Dr. Henrique Nascimento Rodrigues numa comunicação que efectuou em Bruxelas.

Nascimento Rodrigues foi um dos peritos convidados pelo Grupo Liberal, Democrático e Reformista do Parlamento Europeu para uma audição sobre «a dimensão social na perspectiva da revisão do tratado de Roma».

Rede Ferroviária Portuguesa de Alta Velocidade

O eurodeputado Rui Amaral, Presidente da Comissão dos Transportes e do Turismo do Parlamento Europeu, foi um dos oradores da videoconferência organizada pela ADFER (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento do Transporte Ferroviário) e pelo Governo Civil de Coimbra, que contou também com a presença do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Ferreira do Amaral.

Depois de em Dezembro último os ministros dos Transportes da CEE terem aprovado o traçado geral da rede europeia de alta velocidade, incluindo a ligação directa Lisboa-Porto a Madrid, é urgente para Portugal tomar opções estratégicas sobre uma série de questões, que vão da escolha do traçado à criação de inter-faces de transportes complementares ao TGV.

Portugal e a União Económica e Monetária

O Ministro das Finanças, Miguel Beza foi o orador convidado pela secção de Bruxelas do PSD para inaugurar o ciclo de conferências «Portugal e as conferências inter-governamentais».

Numa conferência, que contou com o apoio do Grupo LDR do Parlamento Europeu e que teve lugar no International Press Center de Bruxelas, Miguel Beza falou sobre Portugal e a União Económica e Monetária.

Açores e Madeira em destaque no Parlamento Europeu

A Comissão da Política Regional e do Ordenamento Territorial do Parlamento Europeu organizou, no passado dia 21 de Março, uma audição pública sobre uma proposta de decisão do Conselho de criação de um programa comunitário de opções específicas para o afastamento e insularidade da Madeira e dos Açores (POSEIMA).

Apresentaram comunicações nesta reunião da Comissão da Política Regional os Presidentes das Assembleias Regionais dos Açores e Madeira, respectivamente, Dr. José Reis Leite e Dr. Nélcio Ferraz Mendonça, o Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. Mota Amaral e o Dr. Miguel de Sousa em representação do Presidente do Governo Regional da Madeira.

No debate sobre o programa POSEIMA distinguiram-se particularmente os deputados sociais democratas Virgílio Pereira e Vasco Garcia que sempre se têm batido pelo apoio comunitário às regiões ultraperiféricas e insulares da CEE.

Reunião do Grupo LDR no Algarve

O Grupo Liberal, Democrático e Reformista do Parlamento Europeu realiza as suas «jornadas de estudo» no Algarve.

A reunião terá lugar nos próximos dias 2, 3 e 4 de Setembro em Vilamoura.

É o segundo ano consecutivo em que o Grupo escolhe Portugal para as «jornadas de estudo» anuais.

PROJECTO EUROPA INFORMAÇÃO

Publicação do Grupo Europeu do Partido Social Democrata

Parlamento Europeu — Rue Beliard, 97-113
1040 BRUXELLES

Telef.: 284 51 01